

Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica

NANCY FRASER E RAHEL JAEGGI

São Paulo: Boitempo, 2020. 252p.

*Pedro Paulo Zahluth Bastos**

Nancy Fraser e Rahel Jaeggi entregam, em *Capitalismo em debate*, grande síntese como o marxismo não via há décadas. Filósofas como Marx, caminham com desenvoltura pela história e pelas ciências sociais para articular nova visão do capitalismo com surpreendente riqueza de relações.

Há certa desigualdade: Fraser, já consagrada, propõe síntese mais ampla; Jaeggi, estrela em ascensão, se mantém próxima dos limites da crítica frankfurtiana. Sua conversa não é transcrição de fala, mas um bem elaborado e escrito diálogo filosófico.

Vou focar em Fraser, advertindo que ambas criticam o liberalismo rawlsiano, a teoria crítica harbemasiana e o pós-estruturalismo por substituírem o economismo pela ultraespecialização, tornando a economia capitalista uma caixa-preta. Sugerem, com Jameson e Vercellone (por que não Harvey?), que o foco unilateral da cultura, na identidade e no discurso tem relação com a própria transformação do capitalismo em direção aos serviços e signos imateriais. Ao invés de elogiarem a diferença em si mesma, procuram enriquecer a crítica da economia política com os *insights* do pensamento feminista, da teoria cultural, do pós-estruturalismo, do pós-colonial e da ecologia.

* Professor associado do Instituto de Economia da Unicamp. E-mail: ppzbastos@gmail.com

Contra a “multiplicidade” pós-moderna, o livro propõe entender o capitalismo como totalidade: *ordem social institucionalizada* para Fraser, *forma de vida* para Jaeggi. Totalidade é categoria cara a hegelianos e marxistas: o todo de um sistema está também nas partes. Um objeto não deve ser entendido em isolamento, e sim na relação com outras partes e em sua posição no sistema. O todo não é determinado por uma de suas partes nem é totalidade abstrata, mas nexos das relações entre as partes ou, para Marx, síntese de múltiplas determinações.

Riscos de reducionismo, funcionalismo e má abstração rondam a categoria de totalidade, mas o livro evita o reducionismo economicista postulando o condicionamento recíproco entre as dimensões do todo e a importância dos significados culturais e da luta de classes, mas não das frações de classe. A relação com o funcionalismo é ambígua: não indagam se instituições funcionais ao capitalismo (racismo, sexismo, sistema de Estados) têm relação de necessidade ou contingência com ele (não se cita, por exemplo, Mary Murray, Moulier-Boutang e Tom Brass). Evitam, particularmente Fraser, o risco de tomar a totalidade como unidade simples, sem estrutura e hierarquia interna, ao teorizar sua estruturação contraditória, dinâmicas e tendências de crise.

Tudo isso sugere inspiração althusseriana, que, porém, não é admitida. Contudo, quando Althusser é citado no bojo da crítica ao economicismo no item “Dinâmicas no nível do sistema”, fala-se de esferas, de partes da totalidade, que têm dinâmicas próprias que interagem, que têm normatividades e ontologias sociais com desenvolvimentos “relativamente autônomos”. Como negar a influência de Althusser?

Antes de discutir as bem-vindas inovações em relação à síntese althusseriana, cabe discutir a escolha da terminologia que rejeita o conceito marxista de modo de produção por supostamente se limitar ao econômico, pressupondo um uso economicista. Isso é, sem dúvida, injustiça a quem usa o conceito sem limitá-lo ao econômico e/ou ser economicista, como Althusser, Balibar e, sobretudo, Poulantzas, que, aliás, nem é citado.

A terminologia proposta por Fraser é infeliz: ordem social institucionalizada. O conceito de ordem social é, como se sabe, de Weber (*Economia e sociedade: classe, estamento e partido*), alude ao *status/honra* e não à exploração como critério de estratificação social e é usado para questionar o marxismo. É ainda mais inadequado porque Fraser justifica seu uso para caracterizar o capitalismo por referir-se a uma “topografia social” como no feudalismo, modo de produção no qual muitos marxistas afirmam que a esfera da exploração tende a se fundir com as esferas política e cultural, enquanto para Fraser, como muitos antes, tais esferas são institucionalmente separadas, mas interdependentes no capitalismo. A suposição errada de Fraser é que modo de produção designaria só o *sistema econômico* (que não é o caso para Marx e vários marxistas), enquanto *ordem social* designaria sua relação interdependente com outras esferas sociais como no feudalismo (que *não é o caso* no uso tradicional weberiano).

Independentemente da terminologia, o inovador em relação à síntese althusseriana é a concepção da estruturação do capitalismo, sua dinâmica e tendências à

crise. O capitalismo compartimenta e hierarquiza esferas da vida: a economia regida pela finalidade da acumulação de capital; a reprodução social, na qual os humanos que são ou serão explorados são criados, têm afetos e se aculturam; a natureza; o Estado. Estas três esferas são condições de possibilidade da exploração econômica que a concorrência capitalista, porém, tende a desestabilizar até a emergência de *crises de fronteira*, conceito proposto para entender o capitalismo além de crises econômicas e aquém de crises terminais. Crises de fronteiras resultam do choque entre a competição capitalista para expandir o terreno da valorização e reduzir custos trabalhistas, extrativo-naturais, fiscais, regulatórios, de um lado, e a resistência popular em defesa da reprodução social digna, de espaços democráticos e de territórios ecológicos, de outro. A história do capitalismo é, então, periodizada segundo as formas institucionais que, depois de crises de fronteira, ordenam a relação e as fronteiras entre as esferas, definindo até normativamente o que é terreno do capital e o que não é.

Para entender a fase pós-acumulação primitiva, Fraser recupera hipótese de Polanyi sobre o movimento em nome do “mercado autorregulado” no século XIX, em que o capital busca tratar humanos como “recursos humanos”, a natureza como fonte “inesgotável” de insumos e descarte de rejeitos, e o Estado como “provedor de repressão para garantia de propriedade”. Tal subordinação de tudo à economia ameaça a reprodução das esferas que são suas condições de possibilidade, induzindo a resistência social. A resultante crise de fronteira, que explodiu nas décadas de 1930 e 1940, foi resolvida tanto pelo avanço do socialismo real quanto pelo compromisso social-democrata no Norte e pelo nacionalismo econômico no Sul Global. O preço da estabilidade, porém, foi o petróleo barato, a devastação ecológica, o trabalho não pago de negros, latinos, árabes e asiáticos de todas as orientações sexuais e das mulheres em casa e fora dela, no Norte e no Sul.

Tais fronteiras foram atacadas a partir da década de 1970: o capital rejeitou os custos e as normas da reprodução social, da ecologia e da democracia, enquanto os movimentos pelo reconhecimento substituíram a luta anticapitalista pela oposição à disciplina burocrática e ao privilégio do homem branco – operário inclusive. Depois de o neoliberalismo conservador de Reagan e Thatcher derrotar alternativas no Segundo e no Terceiro mundos, a nova síntese seria o neoliberalismo progressista de Clinton, Blair e FHC, pró-capitalista e pró-minoria das minorias.

Trinta anos depois vivemos não só a crise econômica do neoliberalismo progressista, mas a crise da democracia liberal. Crise da reprodução social, à medida que família, escola, saúde e aposentadoria sofrem pressão crônica de financiamento e são tensionadas pelas lógicas da competição, da desigualdade, do patriarcado e do racismo, aprofundadas na pandemia. E crise da natureza, impondo em breve a disjuntiva entre crise terminal do capital ou da humanidade.

Como boas marxistas, as autoras não se limitam a interpretar, propondo a união de movimentos para a reconstrução do socialismo democrático no século XXI. Síntese como o marxismo não experimenta há muito tempo, deve ser lida, comentada, criticada e ampliada com urgência.